

Por despacho ministerial de 14 do corrente:
Raúl Sampaio Efrem Costa, empregado menor do Liceu do Pedro Nunes — exonerado a seu pedido.

Direcção Geral de Instrução Secundária Superior e Especial, em 14 de Fevereiro de 1912. — O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Feloso*.

Direcção Geral de Saúde

Aviso

Determinando o decreto de 26 de Maio de 1911, que criou a Comissão Superior das Águas Minerais, que faça parte dessa comissão um vogal eleito pelos médicos dos estabelecimentos hidrológicos, e tendo-se apurado que os médicos abaixo designados estavam, à data e seguidamente à publicação do referido decreto, exercendo funções nas diversas estâncias do país, que vão indicadas, são, por este aviso, convocados para procederem, por si ou por seus delegados, no dia 7 de Março, às catorze horas, nesta Direcção Geral de Saúde, à eleição do referido vogal:

Luis da Cruz Navega — Águas da Curia.
António Gonçalves da Cunha Ferrão — Banhos do Luso.
João Novais — Termas de Caldelas.
João Cardoso de Albuquerque — Caldas de Eirogo.
José Gomes de Matos Graça — Águas do Mosqueiro.
Joaquim Tôres — Vizela (Companhia dos Banhos).
Abílio da Costa Tôres — Vizela (Companhia dos Banhos).
Manuel Pereira Caldas — Vizela (Águas do Largo da República).
Bento de Freitas — Vizela (Águas do Largo da República).
Alberto Ribeiro de Faria — Caldas das Taipas.
Augusto António dos Santos Júnior — Águas do Gerez.
Fernando Augusto dos Santos — Águas do Gerez.
José Gardette Martins — Águas da Fonte Santa de Monfortinho.
Bernardo Moreira da Silva — Caldas de Monchique.
António de Sousa Neves — Águas da Piedade (Alcobaca).
José Joaquim de Almeida — Estoril.
Eduardo Arbués Moreira — Banhos de Poça.
Justino Xavier da Silva Freire — Águas dos Cucos.
Carlos Joaquim Tavares — Banhos de S. Paulo (Arsenal de Marinha).
José Manuel Ribeiro — Banhos de S. Paulo (Arsenal de Marinha).
António José Pimenta Freire — Fadagosa de Marvão.
João Pinto Soares de Vasconcelos — Caldas de Canavezes.
Albino Morcira de Sousa Baptista — Quinta da Torre (Entre-os-Rios).
José António Barbosa Júnior — Águas de S. Vicente (Entre-os-Rios).
Arnaldo Baptista Coelho — Caldas da Saúde (Santo Tirso).
Fernando Calado Rodrigues — Fadagosa de Mação.
António Pereira de Sousa — Caldas de Melgaço.
António Firmo de Azevedo Antas — Águas de Vidago.
Adhomar Ferreira de Miranda — Caldas de Moledo.
Adolfo Pinto Monteiro da Cruz — Águas das Pedras Salgadas.
João Felício Paes do Amaral — Águas da Felgueira.
Manuel Joaquim Esteves — Caldas de Aregos.
António de Almeida Trinta — Termas de S. Pedro do Sul.
Manuel Evangelista da Silva — Caldas de Monção.
Evaristo Duarte Geral — Águas da Amieira.

Esta convocação, que, de harmonia com os artigos 3.º, 13.º e 14.º, assenta sobre o reconhecimento do título de médico hidrológico em exercício à data da promulgação do decreto, tem sómente o fim acima indicado, pois que a inclusão no quadro oficial, a constituir pelo artigo 12.º, será, como inerente que é ao desempenho, actual ou futuro, das funções em alguma das estâncias, feita sobre apuramento a proceder pela comissão que vai ser organizada; a esta incumbe, averiguando e esclarecendo sobre quaisquer reclamações ou pretensões, promover a nomeação nos lugares criados ou a criar, bem como fazer proceder ao preenchimento das vagas que haja imediatamente que prover ou das que, por movimento do pessoal, venham a dar-se no referido quadro.
Direcção Geral de Saúde, em 14 de Fevereiro de 1912. — Pelo Director Geral, o Delegado de Saúde, *Manuel Gonçalves Marques*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Havendo preceituado o artigo 6.º, § 2.º, do decreto de 8 de Março de 1911, que as multas impostas aos contraventores das respectivas disposições sobre o descanso semanal, reverterão em favor da assistência pública; e Convido regularizar a forma de recepção desta receita:

Manda o Governo da República Portuguesa que o produto das referidas multas dê entrada na Caixa Geral de Depósitos, consignado à ordem do Director Geral da Assistência.

Paços do Governo da República, em 14 de Fevereiro de 1912. — O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria Geral

Usando da faculdade que me confere o artigo 47.º, n.º 4.º, da Constituição Política da República Portuguesa, e rectificando o decreto com data de 6 de Janeiro do corrente ano: hei por bem, sob proposta do Ministro da Justiça, e tendo em atenção o voto expresso pela Comissão Jurisdiccional dos bens das extintas congregações religiosas, decretar que seja confiado à guarda do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, a título meramente provisório e sem quaisquer encargos para o Estado, a igreja anexa ao extinto convento de Santa Teresa de Carnide, para nela, sob a vigilância do referido conselho, ser instalada a escola nocturna, a cargo da Associação Auxiliadora da Instrução.

A cedência é efectuada sem prejuizo de ulterior deliberação do Governo, quer sobre o melhor destino a dar ao recheio, talhas e azulejos que ainda guarnecem o templo, quer sobre a diversa aplicação deste.

O Conselho de Arte e Arqueologia marcará à entidade cessionária as cautelas a que a mesma deverá submeter a sua instalação, a fim de que nada sofram o templo e as suas condições artisticas.

O Ministro da Justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 10 de Fevereiro de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *António Caetano Macieira Júnior*.

Secretaria Geral do Ministério da Justiça, em 14 de Fevereiro de 1912. — O Secretário Geral, *Germano Martins*.

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos effectuados em 14 de Fevereiro de 1912

Criado um posto de registo civil na freguesia de Oliveira, concelho de Mesão Frio, ficando por isso desanexada do posto de Vila Marim.
Joaquim Gonçalves de Carvalho — nomeado para o referido posto.
Jacob Augusto da Fonseca Rato — nomeado ajudante da Repartição do Registo Civil de Alcácer do Sal.
Bacharel Tomás Gamboa Bandeira de Melo, oficial do registo civil de Belmonte — demitido.
Bacharel António Gonçalves de Freitas, oficial do registo civil do concelho do Cadaval — transferido para o concelho de Belmonte.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 14 de Fevereiro de 1912. — O Director Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados na seguinte data

Fevereiro 14

Portaria, determinando que, excepcionalmente, o dia 20 do corrente seja considerado feriado em todos os estabelecimentos e repartições dependentes deste Ministério, para todos os efeitos, incluindo os de vencimento e protesto de letras, applicando-se a doutrina da portaria de 28 de Janeiro de 1911, publicada no *Diário do Governo*, de 30 do mesmo mês.

Artur Gomes de Caryvalho — declarado sem feito o despacho que o nomeou escrivão do juízo de paz de Sacavém, comarca de Lisboa.

Declara-se que o nome do ajudante do notário da comarca de Faro, José Joaquim Peres, é António Miguel Galvão e não Miguel Galvão como saiu publicado no *Diário do Governo*, de 10 do corrente mês.

Direcção Geral da Justiça, em 14 de Fevereiro de 1912. — O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Por decretos de 10 de Fevereiro corrente:

António Maria do Carmo Rodrigues, sub-delegado, guardador da Estação de Saúde da Ilha de S. Jorge — concedida aposentação ordinária que requereu pelo Ministério do Interior, com a pensão annual de 840\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Francisco Pereira da Silva Ramos, primeiro official da Inspeção de Finanças no distrito de Angra do Heroísmo — concedida aposentação ordinária, com a pensão annual de 585\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Por despacho de hoje:

Concedida licença de sessenta dias, com vencimento, para tratar da sua saúde, no estrangeiro, ao segundo official da Direcção Geral da Fazenda Pública, Leopoldo Ernesto Rebelo da Silva.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 14 de Fevereiro de 1912. — *M. M. A. da Silva Bruschy*.

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Anuncia-se, em observância do decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver requerido Maria Teresa da Assunção Mosqueira de Almeida, viuva, residente em Melgaço, o pagamento do que ficou em dívida a seu filho Caetano José Mosqueira de Almeida, como recebedor que foi, daquele concelho, a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito à percepção do indicado débito ou de parte dele, requiera pela 2.ª Repartição desta Direcção Geral dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 13 de Fevereiro de 1912. — *André Navarro*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral

2.ª Repartição

1.ª Secção

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 639. — Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata. — Responsável Eduardo Coquet Pinto de Queiroz, na qualidade de fiel chefe da 1.ª secção da estação central dos correios do Porto, desde 1 de Julho de 1907 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 27 de Janeiro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Selos e mais fórmulas de franquia	3:186\$635
Idem de porteado	57\$375
Livretes de identidade e listas das estações	16\$100
Depósitos e adiantamentos	10\$000
Rendimento postal	17\$504
Vales do correio internacionais	2:500\$393
Total — Réis	5:788\$007

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 636. — Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara. — Responsável Mário Vaz Gomes, na qualidade de recebedor do concelho do Cartaxo, desde 1 de Julho de 1904 até 30 de Junho de 1905, foi julgado quite por acórdão definitivo de 27 de Janeiro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	15:302\$621
Documentos de cobrança do corpos administrativos	5:877\$584
Valores selados	7:088\$971
Dinheiro do Tesouro	1:395\$697
Total — Réis	29:664\$873

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 662. — Relator o Ex.º Vogal Cupertino Ribeiro. — Responsável Alfredo Machado da Silva, na qualidade de recebedor do concelho de Vila Franca do Campo, desde 1 de Julho de 1906 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 27 de Fevereiro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	1:710\$207
Documentos de cobrança de corpos administrativos	6:220\$553
Documentos de cobrança da Câmara Municipal	63\$420
Valores selados	6:333\$122
Dinheiro do Tesouro	1:986\$976
Dinheiro da Câmara Municipal	105\$326
Total — Réis	16:419\$604

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 664. — Relator o Ex.º Vogal Cupertino Ribeiro. — Responsável José Borges da Gama Júnior, na qualidade de recebedor do concelho de Santa Comba Dão, desde 15 de Outubro de 1904 até 30 de Junho de 1906 foi julgado quite por acórdão definitivo de 27 de Janeiro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	6:906\$913
Documentos de cobrança de corpos administrativos	2:039\$244
Valores selados	5:117\$580
Dinheiro do Tesouro	9:112\$585
Total — Réis	23:176\$322

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 668. — Relator o Ex.º Vogal J. Dinis. — Responsável António Dias Cotrim, na qualidade de recebedor do concelho de Ferreira do Zézere, desde 1 de Julho de 1904 até 30 de Junho de 1905, foi julgado quite